



Ata de Reunião

Código:

FOR-DIGES-004-04
(V.00)

Ata de Reunião do Comitê Multinível, Multissetorial e Interinstitucional para a promoção de políticas públicas judiciais de atenção às pessoas em situação de rua - COMMI

Dia: 17/03/2026

Horário: 15h

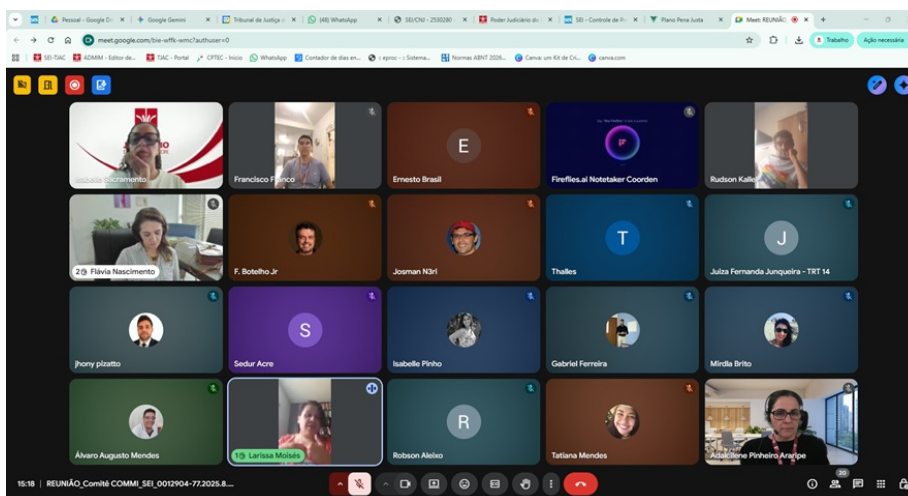
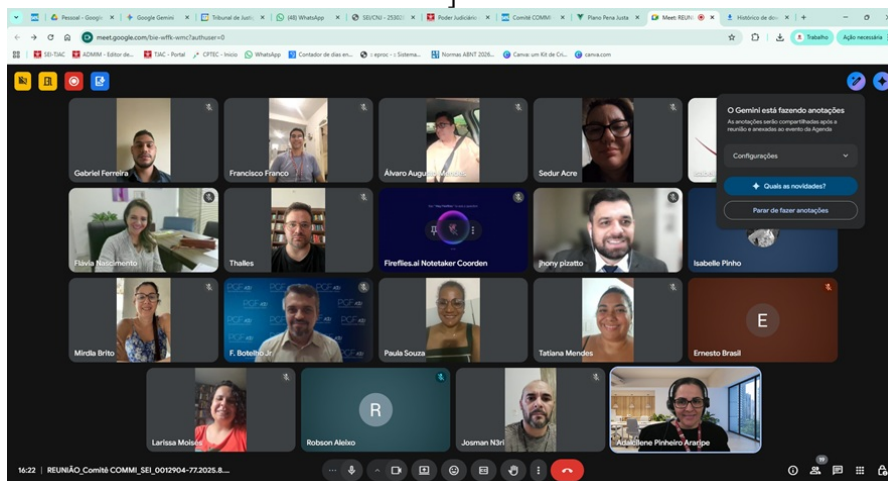
Local: plataforma Google Meet

Pauta: Definição do Calendário de Mutirões PopRuaJud

Modalidade: virtual

Link da videochamada: <https://drive.google.com/file/d/1PcxDdS3d2RTW5FGcGvbtEZCUpDSdVIrp/view?usp=sharing>

Print's de imagens da reunião



Deliberação

ABERTURA: No dia 17/03/2026 a Secretária do Comitê COMMI, Adalcilene Pinheiro Araripe, deu início à gravação da Reunião híbrida do Comitê Multinível, Multissetorial e Interinstitucional para a promoção de políticas públicas judiciais de atenção às pessoas em situação de Rua (COMMI). A reunião foi conduzida por sua Coordenadora a Juíza Isabelle Sacramento, e contou com a presença dos membros, representantes de diversos órgãos, abaixo nominados.

Resumo

O Comitê COMMI planejou o Mutirão Pop Rua de maio com foco em ações de saúde em abril, discutindo a participação da Justiça Federal e o monitoramento das vagas do Minha Casa,

Minha Vida.

Substituição e Representação da Justiça

Ernesto Brasil sugeriu que a representação da Justiça Federal fosse assumida pelos gestores de conciliação e atarcação, setores diretamente envolvidos nas ações. Adalcilene Pinheiro Araripe orientou que a formalização da substituição exige um ofício da Justiça Federal ao gabinete da Presidência do TJAC para emissão de nova portaria.

Ações de Saúde e Cronograma do Mutirão

O Comitê planeja realizar uma **Ação de Saúde Básica no dia 10 de abril para a população em situação de rua**, aproveitando o contato para a intimação prévia do Mutirão Pop Rua. **O Mutirão está confirmado para 4 de maio em Rio Branco**, que contará com a participação da Justiça Federal, focando em questões previdenciárias e acesso a direitos.

Vagas de Moradia e Processo Estrutural

A Secretaria de Urbanização confirmou **3% de 1000** unidades do **Programa Minha Casa, Minha Vida** destinadas à população em situação de rua, com o Centro Pop se comprometendo a validar os cadastros. A Juíza Isabelle Sacramento decidiu aguardar a consolidação da decisão judicial sobre o processo estrutural de água e alimentação antes que o Comitê promova uma audiência pública.

Detalhes da gravação

Identificação dos Participantes: Adalcilene Pinheiro Araripe solicitou que todos os presentes se identificassem no chat da reunião, mencionando o nome e o órgão que representavam. Ernesto Brasil confirmou sua participação como representante da Seção Judiciária do Acre, TRF1 ([00:10:14](#)). Adalcilene Pinheiro Araripe também registrou a presença de Francisco Franco, técnico da COAPS, ressaltando sua importância nos trabalhos do Mutirão ([00:11:03](#)).

Abertura da Reunião e Planejamento Anual: Adalcilene Pinheiro Araripe iniciou formalmente a gravação da reunião na plataforma do *Google Meet*, registrando a presença de diversos representantes institucionais e do movimento de pessoas em situação de rua. Na sequência, com a palavra a Coordenadora do Comitê COMMI, Juíza Isabelle Sacramento ([00:17:52](#)), que conduziu a reunião. Isabelle Sacramento agradeceu a presença de todos e indicou que a reunião trataria das deliberações e planejamento das ações do Comitê para 2026, com foco na organização do Mutirão. Não foi possível agendar com a Justiça Federal para abril devido à dificuldade de disponibilidade de magistrados, mas surgiu a possibilidade de realizar o Mutirão no mês de maio ([00:19:20](#)).

Proposta de Ação de Saúde em Abril: O Comitê planeja realizar o Mutirão Pop Rua no primeiro semestre, com a possibilidade de uma ação temática em agosto. Aproveitando uma **Semana Nacional de Saúde**, foi proposta uma **ação de saúde básica específica para a população em situação de rua no dia 10 de abril**. Essa ação envolveria serviços médicos da Secretaria de Saúde e a presença do CAPS, que é crucial para atender às demandas de saúde mental ([00:20:34](#)).

Logística da Ação de Saúde e Triagem: A ação de saúde está marcada para 10 de abril, e o Comitê precisa definir um local que facilite o acesso da população em situação de rua e estimar o número aproximado de pessoas a serem atendidas, conforme demanda da Secretaria de Saúde. Isabelle Sacramento sugeriu que a Defensoria Pública da União e a do Estado estivessem presentes nessa ação para realizar uma triagem prévia, que permitiria intimar as pessoas para o Mutirão agendado para 4 ou 5 de maio com a Justiça Federal ([00:22:02](#)).

Preocupações com Pontuação do CNJ e Cronograma: A Juíza Fernanda Junqueira expressou preocupação sobre a ação de saúde de 10 de abril não ser exclusiva para a população em situação de rua, o que poderia impactar a pontuação no CNJ. Ela também levantou preocupações com a agenda apertada, pois o Tribunal Regional do Trabalho (TRT14), que abrange Rondônia e Acre, já teria uma ação do Pop Rua agendada para 31 de março ([00:23:19](#)). Isabelle Sacramento esclareceu que a ação de saúde seria uma oportunidade adicional de atendimento, e não o Mutirão específico para pontuação, que seria o evento de 4 de maio ([00:24:15](#)).

Confirmação e Logística do Mutirão Específico de Maio: **O Mutirão específico do Pop Rua está confirmado para 4 de maio em Rio Branco.** Foi mencionada a possibilidade de uma ação futura em agosto, possivelmente em Cruzeiro do Sul, mas isso depende de articulação com o movimento local (00:25:06). A Juíza Fernanda Junqueira ressaltou que ações no interior do Estado pontuam mais no CNJ e confirmou que o TRT14 fará ações até 31 de julho para pontuar no prêmio (00:25:56).

Discussão sobre Participação da Defensoria Pública da União (DPU): Larissa Moisés (DPU) informou que não será possível a participação da DPU na triagem prévia de 10 de abril devido à falta de pessoal, mas ressaltou que a triagem para os benefícios previdenciários pode ser feita pelo próprio perito no Mutirão em maio (00:26:32). A sugestão foi que as pessoas que manifestarem problemas de saúde sejam convidadas a comparecer ao Mutirão de maio, portando a documentação de saúde, pois a presença do defensor não faria grande diferença na triagem inicial (00:27:38).

Intimação e Dificuldades de Localização: Isabelle Sacramento explicou que o principal objetivo da ação de saúde seria aproveitar o contato para a intimação prévia e informal do público-alvo sobre o Mutirão de 4 de maio, superando a dificuldade de localizar as pessoas em situação de rua. Larissa Moisés sugeriu usar "folders" para essa comunicação, reiterando que a DPU precisa concentrar esforços onde podem fazer maior diferença, dado o quadro reduzido de pessoal (00:29:03).

Comprometimento da Defensoria Pública Estadual (DPE): a Defensora Pública Flávia Nascimento (DPE) informou que o órgão estadual pode comparecer tanto no dia da ação de saúde (10 de abril) quanto no mutirão de maio. Ela esclareceu que o dia 10 de abril na Semana de Saúde do TJ será reservado especificamente para a população em situação de rua (00:33:16).

Demandas de Saúde e Acesso a Sistemas Judiciais: Flávia Nascimento sugeriu que o Consultório na Rua fosse convidado para a ação de saúde, pois eles já possuem vínculo com a população, o que complementaria a atuação do CAPS e da atenção básica (00:33:16). Ela levantou a questão do acesso aos sistemas RC-Jud e CRC Busca (para busca de documentos e informações em outros estados), solicitando que o Tribunal de Justiça providencie um servidor com acesso no dia do evento, já que a Corregedoria negou o acesso direto à Defensoria (00:34:27). Isabelle Sacramento se comprometeu a verificar com a Corregedoria para disponibilizar um servidor ou oficial a disponibilização do serviço (00:36:29).

Mobilização da Rede e Local do Mutirão: Flávia Nascimento e Álvaro Augusto Mendes destacaram a importância de mobilizar o Consultório na Rua e o Centro Pop para divulgar as ações. Isabelle Sacramento confirmou que o mutirão de 4 de maio será realizado no centro de Rio Branco, preferencialmente em uma escola ou por meio da montagem de estruturas, para facilitar o acesso da população (00:37:55).

Monitoramento e Fluxo de Trabalho: Isabelle Sacramento enfatizou a necessidade de criar um fluxo de trabalho ou protocolo para monitorar a implementação e a efetividade das ações iniciadas nos mutirões, garantindo que os atendimentos, como os de saúde, sejam concluídos e acompanhados pelos órgãos (00:38:35).

Desmobilização de Serviços e Aumento da Violência: Álvaro Augusto Mendes (SEJUSP/Secretaria de Justiça e Segurança Pública) relatou que, após a mudança do Centro Pop do centro da cidade, o atendimento à população em situação de rua foi prejudicado e a violência aumentou. Ele destacou que a distância dos serviços municipais de saúde e assistência social, como o Consultório na Rua e a Abordagem Social, está dificultando o acesso e a desmobilização da equipe (00:39:38).

Alta Incidência de Tuberculose e Necessidade de Ações Específicas: Álvaro Augusto Mendes mencionou a alta incidência de tuberculose e sífilis na população de rua, com oito óbitos por tuberculose registrados entre outubro e janeiro (00:41:11) (00:46:52). Ele reforçou a importância de acionar a **Unidade Básica Ari Rodrigues**, que já tem vínculo com essa população, para a ação de 10 de abril, e sugeriu que vans dentárias fossem solicitadas ao município para atender às demandas odontológicas (00:41:11) (00:43:30).

Revisão da Data do Mutirão de Maio: Álvaro Augusto Mendes questionou a data de 4 de maio, mencionando que a instituição AREDACRE estava se programando para 20 de maio para realizar um Mutirão em conjunto, conforme projeto apresentado na reunião anterior. Isabelle Sacramento explicou que

a data de 4 de maio é um ajuste difícil para a Justiça Federal, que possui apenas cinco juízes e tem dificuldades de agenda para as audiências, e que é fundamental a participação da Justiça Federal para a eficácia do Mutirão ([00:44:51](#)).

Guarda-Roupa Social e Questão da Saúde Mental (CAPS): Álvaro Augusto Mendes sugeriu **acionar o Comitê Estadual para solicitar a participação da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos**, incluindo o serviço de Guarda-Roupa Social, como atrativo para a população ([00:49:20](#)). Isabelle Sacramento concordou e sugeriu que o Comitê poderia organizar um brechó ou guarda-roupa social no mutirão de maio ([00:50:26](#)). O interesse de Isabelle Sacramento na **presença do CAPS na ação de 10 de abril é para encaminhar as pessoas para o fluxo de atendimento de saúde mental**, pois muitos têm sido encaminhados, mas não conseguem acesso ao serviço ([00:47:59](#)).

Discussão sobre Processo Estrutural e Pena de Multa: O Promotor de Justiça Thalles Ferreira (Ministério Público) levantou a questão da judicialização sobre a mudança do Centro Pop e a negativa liminar de distribuição de água e alimentação, questionando qual foi a decisão do desembargador. Ele também sugeriu que o Comitê promova uma cultura de não aplicação da pena de multa criminal para pessoas em situação de rua, mencionando o uso de **Nota Técnica do Ministério Público** pelo STF em decisão recente ([00:50:26](#)) ([00:53:07](#)).

Atuação do Comitê como Interventor em Ação Judicial: Isabelle Sacramento informou que o Tribunal de Justiça reverteu o litígio do Ministério Público em um processo estrutural e determinou a atuação do Comitê como terceiro interventor para tentar construir uma política pública de acesso à água e alimentação ([00:53:07](#)). Sobre a pena de multa, ela relatou que, como juíza criminal, tem dispensado a multa de ofício para essa população, citando precedentes do STJ e do TJRS ([00:54:24](#)).

Capacitação e Nota Técnica: Isabelle Sacramento propôs que o Comitê elabore uma Nota Técnica orientando os magistrados sobre a dispensa da pena de multa para a população em situação de rua. Ela também anunciou que a Escola Judicial (ESJUD) fará uma Capacitação de 20 horas aulas sobre essa temática, visando incluir todos os membros do Comitê e as instituições parceiras, como forma de ampliar a discussão para além dos membros já engajados ([00:55:35](#)).

Audiência Pública sobre Alimentação para Pessoas em Situação de Rua: Flávia Nascimento enfatizou a existência de uma decisão de desembargador ou parecer do Ministério Público (MP) recomendando uma Audiência Pública para ouvir as pessoas em situação de rua sobre a falta de alimentação. Mencionou que a Defensoria Pública já havia solicitado a alimentação anteriormente, baseada em relatos de movimentos sociais ([00:58:42](#)). Chegou-se ao consenso de que tanto o Ministério Público quanto a Defensoria Pública concordam com a necessidade da audiência pública para abordar a questão da alimentação o mais rápido possível ([01:01:16](#)).

Protagonismo do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua (COMMI): Isabelle Sacramento destacou que a intervenção é feita em nome das pessoas em situação de rua, que são o alvo da proteção e o espaço de fala do COMMI ([01:00:17](#)) ([01:02:44](#)). O COMMI pode organizar a audiência pública, pegar o documento elaborado e subsidiar o processo judicial ([01:01:16](#)). O protagonismo deve ser do COMMI e não das instituições que o compõem ([01:02:44](#)).

Consolidação de Decisão Judicial Antes da Audiência Pública: Isabelle Sacramento expressou que, devido à incerteza jurídica atual (se o processo subirá para o STJ ou descerá para a primeira instância), qualquer movimento pode ser visto como intervenção em um processo não consolidado. Elas consideram precário pensar na audiência pública no momento, preferindo esperar a decisão judicial se consolidar para que, após a entrada no processo estrutural, o COMMI atue com protagonismo e solicite a audiência pública ([01:02:44](#)).

Localização Ideal para Atendimento e Vínculo de Confiança: Rudson Kallel, do Movimento de Pessoas em Situação de Rua, defendeu a localização da rua em frente ao antigo Fórum, ao lado da Rádio Difusora, como área de convergência para o atendimento. Destacou a importância de manter o vínculo de confiança com as pessoas em situação de rua e mencionou que o Centro Pop Ari Rodrigues é o centro de referência mais próximo ([01:03:52](#)). Rudson enfatizou a necessidade de ações efetivas para restaurar a confiança de que as instituições estão prontas para ajudar ([01:06:54](#)).

Articulação da Rede de Saúde e Apoio: Álvaro Augusto Mendes e Isabelle Sacramento discutiram a importância da unidade de saúde da família e do **Consultório na Rua** para garantir que a população em situação de rua tenha acesso à saúde continuamente ([01:06:54](#)). Álvaro sugeriu um esforço para garantir a presença do Consultório na Rua e da unidade básica Ari Rodrigues na ação de saúde do dia 10 de abril para reconstruir o vínculo com a população ([01:09:05](#)). **Ana Paula do Consultório na Rua se colocou à disposição, mencionando que a equipe pode realizar testes rápidos e disponibilizar implantes contraceptivos** ([01:31:34](#)).

Organização da Ação de Saúde e Mobilização da População: Para a ação de saúde do dia 10 de abril, Isabelle Sacramento solicitou que Rudson Kallel e Álvaro Augusto Mendes mobilizassem a população para que tivessem acesso aos serviços. Elas planejam verificar com o núcleo de saúde do Tribunal (COBES) a possibilidade de realizar o atendimento no Posto de Saúde ou próximo, ou talvez em frente ao Palácio, dependendo da disponibilidade das Secretarias Municipal e Estadual ([01:10:20](#)). **Flávia Nascimento lembrou de oficiar o acesso para o CRC Jud para garantir a documentação para a ação de saúde e o mutirão.**

Destinação de Vagas do Programa Minha Casa, Minha Vida: Dayana, da Secretaria de Urbanização (SEDUR Acre), explicou que há uma contratação de 1000 unidades do Minha Casa, Minha Vida, com 3% destinados a pessoas em situação de rua ([01:12:44](#)). Houve um sorteio inicial, e cerca de 64 pessoas se autodeclararam em situação de rua em seu cadastro. Dayana relatou que foi solicitada à Prefeitura uma lista de pessoas acompanhadas pelo Centro Pop para conferir a veracidade dos cadastros e garantir um sorteio eficaz, mas o retorno não foi recebido ([01:14:03](#)).

Ajustes no Processo de Seleção de Moradias: Gabriel Ferreira, do Centro Pop, confirmou que pode reenviar a planilha de nomes de pessoas acompanhadas em situação de rua até a próxima sexta-feira para a SEDUR Acre, a fim de agilizar a triagem e confirmação de dados para as vagas ([01:20:06](#)). Gabriel e Dayana se comprometeram a realizar a triagem e validação das informações dos 15 sorteados que foram pontuados como pessoas em situação de rua, reservando essas unidades para elas ([01:20:50](#)).

Monitoramento das Vagas e Critérios de Seleção: Isabelle Sacramento reforçou a Dayana e Gabriel que a responsabilidade de garantir as vagas é delas e que o COMMI fará o monitoramento do processo para garantir que as pessoas em situação de rua sejam beneficiadas ([01:22:09](#)). Álvaro Augusto Mendes sugeriu que, como **critério de seleção**, fossem priorizadas as pessoas que já recebem **auxílio-aluguel** (aluguel social) do Município, pois já estão em processo de reinserção social ([01:23:05](#)). Gabriel confirmou que há uma Lista de pessoas no Aluguel Social e que elas serão chamadas para diálogo, pois isso faz parte da "caminhada" de reinserção social ([01:25:19](#)).

Situação de Daniel e Raiele: Gabriel Ferreira informou que o caso de Daniel e Raiele está em andamento na Secretaria, mas eles não compareceram ao Centro Pop para assinar o Contrato, apesar dos convites. Gabriel destacou a necessidade de confirmar uma possível gravidez de Raiele, o que aceleraria o acesso a direitos, mas respeita a autonomia dela em fornecer essa comprovação ([01:26:25](#)). Tatiana Mendes se ofereceu para entrar em contato com Raiele, que elas têm visto na rua, para incentivá-la a comparecer ao Centro Pop ([01:27:35](#)).

Planejamento de Ação Pop Rua Jud em Cruzeiro do Sul: Francisco Franco informou que houve uma articulação para realizar uma Ação de Registro Civil em Cruzeiro do Sul, que visa o mesmo público em situação de rua. A ideia é aproveitar essa articulação, iniciada por Isnaida, para planejar o evento Pop Rua Jud no segundo semestre, com o objetivo de realizar duas ações em Rio Branco e pelo menos uma em Cruzeiro ([01:28:29](#)). Francisco, cujo setor lida com logística, colocou-se à disposição para ajudar na organização do evento ([01:30:30](#)).

DECISÃO

Definições e Datas de Eventos Futuros: A Coordenadora do Comitê COMMI, a Juíza Isabelle Sacramento resumiu as ações e datas: **dia 10 de abril (Ação de Saúde), dia 4 de maio (Mutirão Pop Rua em Rio Branco), Capacitação da ESJUD (previsão para primeira quinzena de maio)** ([01:30:30](#)). A articulação sobre as **vagas do Programa Minha Casa, Minha Vida** fica sob monitoramento do COMMI. O Mutirão Pop Rua oferecerá serviços previdenciários e a participação da Justiça Federal ([01:31:34](#)).

Próximas etapas sugeridas

1. Ernesto Brasil irá falar com George, da conciliação, para que ele assuma a representação do TRF1 perante o Comitê COMMI e irá verificar com a Juíza Federal Luzia Farias, Diretora do TRF1, para que ela possa enviar um ofício ao gabinete da Presidência do Tribunal, indicando o representante da Justiça Federal.
2. Isabelle Sacramento irá verificar com a Corregedoria como disponibilizar o acesso ao CRC-JUD ou CRC-BUSCA (ou pelo menos um servidor com acesso) no dia da ação, oficiando para este fim.
3. Flávia Nascimento irá mandar para Isabelle Sacramento ou Adalcilene Pinheiro Araripe o ofício que enviou à Corregedoria e a negativa para análise sobre a disponibilização do CRC-JUD ou CRC-BUSCA.
4. Isabelle Sacramento irá entrar em contato com Tatiana para verificar se ela conseguiria a data de 4 de maio para o Mutirão.
5. Rudson Kallel e Álvaro Augusto Mendes farão a mobilização da população em situação de rua para que possam ter acesso à Ação de Saúde agendada para 10 de abril.
6. Isabelle Sacramento fará o ofício para solicitar acesso aos documentos do CRC-JUD ou CRC-BUSCA para a ação de saúde do dia 10 de abril e para o Mutirão do dia 4 de maio.
7. Adalcilene Pinheiro Araripe deverá anotar o contato e nome de Paula Souza para oficializar e fazer a ponte para a ação de saúde do dia 10 de abril e anotar na ata a necessidade de acompanhamento da questão das vagas de habitação.
8. Gabriel Ferreira encaminhará para SEDUR Acre (Dayana) a planilha pessoal do Centro POP com a Lsta de pessoas para a verificação prévia ao sorteio das unidades habitacionais, e SEDUR Acre (Dayana) enviará a Gabriel Ferreira o documento completo do processo na manhã seguinte.
9. SEDUR Acre e Gabriel Ferreira enviarão as tratativas sobre o monitoramento da destinação das vagas de habitação para o COMIM para validação e acompanhamento.
10. Isabelle Sacramento entrará em contato com Gabriel Ferreira para organizar a visita ao Centro POP como parte da capacitação da ESJUD.
11. Tatiana Mendes informará Raiele sobre a situação resolvida na Secretaria e verificará a questão da possível gravidez e Daniel comparecer ao Centro Pop.
12. Francisco Franco conversará com Isnaída sobre as tratativas iniciadas em Cruzeiro do Sul para o Pop Rua Jud e repassará as informações para Adalcilene Pinheiro Araripe e Isabelle Sacramento.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, a Coordenadora do Comitê COMMI agradeceu a presença e contribuição dos participantes e deu por encerrada a reunião, cuja Ata segue lavrada pelo Presidente dos trabalhos e pela Secretária. [\[1\]](#)

Juíza ISABELLE SACRAMENTO
Coordenadora do Comitê Comitê COMMI

Adalcilene Pinheiro Araripe
Secretária do Comitê COMMI

Participantes

1. **Juíza Isabelle Sacramento (Coordenadora do Comitê COMMI-TJAC)**
2. Adalcilene Pinheiro Araripe (Secretária do Comitê COMMI)
3. Álvaro Augusto Mendes (SEJUSP)
4. Dayana (SEHURB-SEDUR)
5. Ernesto Brasil (TRF1-Justiça Federal, Seção Judiciária do Acre)
6. Falkner Botelho (Procuradoria Federal no Acre-AGU)
7. Fernanda Junqueira (Juíza TRT-14)
8. Flávia Nascimento (Defensora Pública-DPE)
9. Francisco Franco (COAPS-TJAC)
10. Gabriel Ferreira (Coordenador do Centro Pop – Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos)
11. Isabelle Pinho (ISE-Monitoramento Eletrônico)
12. Jhony Pizzato (Procuradoria da União no Estado do Acre – AGU)
13. Josman Neri
14. Larissa Moisés (DPU)
15. Mirdla Brito (TCE)
16. Robson Aleixo (Juiz de Direito Coordenador do GMF)
17. Rudson Kallel (Movimento de Pessoas em Situação de Rua)
18. SEDUR ACRE
19. Tatiana Mendes (AREDACRE)
20. Thalles Ferreira (Promotor de Justiça do MPAC)

[1] *Ata assinada digitalmente pelo presidente dos trabalhos - secretário (artigo 36 do RITJAC). Aplicação análoga – caput do artigo 25, da Resolução do CNJ nº 185, de 18/12/2013: “Art. 25. As atas e termos de audiência poderão ser assinados digitalmente apenas pelo presidente do ato, assim como o documento digital, no caso de audiências gravadas em áudio e vídeo, os quais passarão a integrar os autos digitais, mediante registro e termo.”



Documento assinado eletronicamente por **Isabelle Sacramento Torturela, Coordenador(a) de Comitê**, em 24/03/2026, às 09:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Adalcilene Pinheiro Araripe, Secretária**, em 24/03/2026, às 15:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjac.jus.br/verifica> informando o código verificador **2353168** e o código CRC **FFA96EEE**.